



Universidade Federal de Uberlândia



**UNIVERSIDAD
DE COLIMA**

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, BRASIL E A UNIVERSIDADE DE COLIMA, MÉXICO.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, fundação pública de ensino superior, integrante da Administração Pública Federal Indireta, instituída pelo Decreto-lei nº.762 de 14 de agosto de 1969, alterado pela Lei nº. 6532, de 24 de maio de 1978, localizada na Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, no Município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, registrada no CNPJ/MF sob o número 25.648.3870001-18, neste ato representada pelo seu Reitor, **Prof. Dr. Valder Steffen Júnior**, doravante referida como “**UFU**”, e a **UNIVERSIDAD DE COLIMA**, organismo público descentralizado, com personalidade jurídica própria, capacidade de aquisição e gestão de patrimônio e cujos fins, entre outros, são os seguintes: ensino, investigação, difusão da cultura e extensão universitária, indicados na sua Lei Orgânica aprovada pelo Congresso Constitucional do Estado de Colima, pelo decreto n. 76 publicado no Diário Oficial do Governo do Estado em 22 de novembro de 1980, com endereço na Avenida Universidad n. 333, Colonia las Víboras de la Ciudad de Colima, Colima, México. Código Postal 28040, representada pelo seu Reitor, Dr. Christian Jorge Torres Ortiz Zermeño, doravante “**U de C**”; acordam em firmar este Memorando de Entendimento, doravante, “**MOU**”, a fim de promover cooperação acadêmico-científica em educação superior, pesquisa e inovação.

1. DA MOTIVAÇÃO

O presente **MOU** é motivado pelas perspectivas positivas de internacionalização e de cooperação acadêmica e científica relacionadas às possibilidades de desenvolvimento de ações de interesse comum, com benefícios mútuos, entre as instituições, a partir da experiência consolidada de ambas em atividades de natureza acadêmica e científica.

MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO QUE ENTRE SÍ CELEBRAN LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, BRASIL Y LA UNIVERSIDAD DE COLIMA, MÉXICO.

La **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, fundación pública de enseñanza superior, integrante de la Administración Pública Federal Indirecta, creada por el Decreto N° 762 de fecha 14 de agosto de 1969, modificado por la Ley N° 6532 de fecha 24 de mayo de 1978, con domicilio en la Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, en la Ciudad de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Brasil, identificada en el Registro Nacional de Personas Morales, *CNPJ/MF por sus siglas en portugués*, bajo el número 25.648.3870001-18, representada en este acto por su Rector **Prof. Dr. Valder Steffen Júnior**, en adelante “**UFU**”; y la **UNIVERSIDAD DE COLIMA**, organismo público descentralizado con personalidad jurídica propia, capacidad para adquirir y administrar bienes y que tiene por fines entre otros los siguientes: la enseñanza, investigación, difusión de la cultura y extensión universitaria, señalados en su Ley Orgánica que fue aprobada por el Congreso Constitucional del Estado de Colima, mediante decreto No. 76 publicada en el Periódico Oficial del Gobierno del Estado el día 22 de noviembre de 1980, con domicilio en Avenida Universidad No. 333, Colonia las Víboras de la Ciudad de Colima, Colima, México. Código Postal 28040, representada por su Rector, **Dr. Christian Jorge Torres Ortiz Zermeño**, en adelante “**U de C**”; acuerdan firmar este Memorándum de Entendimiento, en adelante “**MdE**”, con el fin de promover la cooperación acadêmico-científica en educación superior, investigación e innovación.

1. MOTIVACIÓN

El presente **MdE** es motivado por las perspectivas positivas de internacionalización y de cooperación académica y científica vinculadas a las posibilidades de desarrollo de acciones de interés común, con beneficios mutuos, entre las instituciones, a partir de la experiencia consolidada de ambas en actividades de naturaleza académica y científica.

2. DO OBJETO

Ambas as instituições firmam entendimento prévio no interesse comum de estabelecer e estimular relações mutuamente benéficas no que se refere a atividades acadêmicas e científicas, de pesquisa, ensino e extensão, com destaque para algumas das seguintes possibilidades: programas de intercâmbio de estudantes para estudos no exterior; programas de concessão de diplomas duplos; atividades de intercâmbio de docentes para fins de pesquisa, ensino e oferta de disciplinas especiais em suas respectivas áreas de especialização; realização de projetos de pesquisa em conjunto; efetivação da comunicação de resultados das investigações realizadas de modo conjunto; atividades de intercâmbio do corpo técnico-administrativo para fins de capacitação e treinamento em suas respectivas áreas de atuação; colaboração em atividades de assistência educacional ou econômica financiadas por terceiros; programas de intercâmbio de estudantes de pós-graduação no que diz respeito a projetos de pesquisa específicos ou disciplinas de interesse e relevância; intercâmbio da literatura científica e educacional produzida por quaisquer das instituições ou por ambas as instituições; intercâmbio de materiais sobre as pesquisas mais relevantes e atuais realizadas por pesquisadores de ambas as instituições; organização conjunta de conferências, seminários e simpósios de interesse para ambas as instituições, dentre outros.

3. DA EXECUÇÃO

Para execução das atividades referentes à este MOU, as instituições respeitarão de modo recíproco os regulamentos existentes em ambas instituições, bem como estabelecerão **ACORDOS DE COOPERAÇÃO ESPECÍFICOS**, que conterão **PLANOS DE TRABALHO**, devidamente aprovados e que necessariamente deverão estar vinculados ao presente **MOU**. Os **PLANOS DE TRABALHO** deverão conter, no mínimo: 1) Identificação clara dos responsáveis pela execução do projeto/programa; 2) Objetivos; 3) Metas; 4) Interesse comum; 5) Benefícios mútuos; 6) Etapas/atividades previstas; 7) Cronograma detalhado; 8) Recursos humanos envolvidos (forma de participação, dias e horários relacionados à cooperação); 9) Formas de financiamento; 10) Formas de divulgação de resultados parciais e final (eventos, publicações

2. OBJETO

Las instituciones convienen, bajo entendimiento previo de interés común, en establecer relaciones de mutuo beneficio en lo que refiere a actividades académicas y científicas, de investigación, enseñanza y extensión, con énfasis en las siguientes posibilidades: Programas de intercambio de estudiantes para realizar estudios en el exterior; programas de doble titulación; actividades de intercambio de docentes con fines de investigación, enseñanza y oferta de cursos en sus respectivas áreas de especialización; realización de proyectos conjuntos de investigación; comunicación de los resultados de investigaciones conjuntas; actividades de intercambio de personal técnico-administrativo con fines de capacitación y entrenamiento en sus respectivas áreas de actuación; colaboración en actividades de asistencia educativa o económica financiadas por terceros; programas de intercambio de estudiantes de posgrado vinculados a proyectos de investigación específicos o disciplinas de interés y relevancia; intercambio de literatura científica y educativa producida por ambas instituciones o cualquiera de ellas; intercambio de materiales sobre las investigaciones más relevantes y actuales desarrolladas por investigadores de ambas instituciones; organización conjunta de conferencias, seminarios y simposios de interés para ambas instituciones; entre otras.

3. EJECUCIÓN

Para la ejecución de las actividades referidas en este **MdE**, las instituciones respetarán en modo recíproco los reglamentos existentes en cada una de ellas, y establecerán **Convenios Específicos de Cooperación**, que contendrán **Planes de Trabajo** debidamente aprobados, que necesariamente estarán vinculados al presente **MdE**. Los **Planes de Trabajo** deberán contener, como mínimo: 1) Identificación clara de los responsables de la ejecución del proyecto/programa; 2) Objetivos; 3) Metas; 4) Interés común; 5) Beneficios mutuos; 6) Etapas/actividades previstas; 7) Cronograma detallado; 8) Recursos humanos involucrados (formas de participación, días y horarios comprometidos a la cooperación); 9) Formas de financiamiento; 10) Formas de divulgación de resultados parciales y finales (eventos,

etc.); 11) Previsão de elaboração de relatórios parciais e final; 12) Outras informações relevantes. Além disso, no que se refere à UFU, os **PLANOS DE TRABALHO** deverão ser aprovados no âmbito das unidades acadêmicas envolvidas, antes de poderem integrar um **ACORDO ESPECÍFICO DE COOPERAÇÃO**.

4. DA VIGÊNCIA

O presente MOU vigorará pelo prazo de cinco (05) anos, contados a partir da data de sua assinatura, salvo uma das instituições notificar a outra da rescisão, por escrito, pelo menos 90 (noventa) dias antes da data de expiração. Esgotado o prazo inicial, caso seja de interesse das instituições prosseguir com a colaboração acadêmica, dever-se-á elaborar Termo Aditivo.

5. DO FINANCIAMENTO

A instituições acordam que cada atividade estabelecida de acordo com este **MOU** dependerá da disponibilidade de financiamento, devendo acordos financeiros serem negociados para cada atividade antes de se firmar qualquer **Acordo Específico de Cooperação** a ele relacionado. As instituições acordam que envidarão esforços aceitáveis para obterem recursos financeiros adequados para as atividades previstas nos futuros **ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO**, a partir dos termos dispostos no presente **MOU**. As instituições acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e disponibilidade. A execução de atividades de cooperação pelos participantes não gera vínculo empregatício.

6. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos **ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO** e em seus respectivos **PLANOS DE TRABALHO**, que necessariamente estarão vinculados ao presente **MOU**. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos

publicaciones, etc); 11) Previsión de elaboración de informes parciales y finales; 12) Otras informaciones relevantes. Más allá de eso, en lo que se refiere a la **UFU**, los **Planes de Trabajo** deberán ser aprobados en el ámbito de las unidades académicas involucradas, antes de poder integrar un **Convenio Específico de Cooperación**.

4. VIGENCIA

El presente **MdE** tendrá una duración de cinco (05) años, contados a partir de la fecha de firma, a menos que cualquiera de las instituciones denuncie el presente mediante comunicación escrita, al menos noventa (90) días antes de la fecha de terminación. Agotado el plazo inicial, en caso que resulte de interés de las instituciones proseguir con la cooperación académica, se deberá establecer un **Término Aditivo**.

5. FINANCIAMIENTO

Las instituciones acuerdan que cada actividad establecida en el marco de este **MdE** dependerá de las disponibilidades presupuestarias de cada una de ellas, debiéndose negociar acuerdos financieros para cada actividad antes de firmar cualquier **Convenio Específico de Cooperación**. Las instituciones se comprometen a realizar esfuerzos activos para gestionar la obtención de recursos financieros adecuados para la realización de las actividades previstas en futuros **Convenios Específicos de Cooperación**, de acuerdo a los términos establecidos en este **MdE**. Las instituciones podrán compartir los costos inherentes a tales actividades, de acuerdo a sus reglamentaciones internas y disponibilidad presupuestaria. La ejecución de actividades de cooperación no genera ningún compromiso financiero para las partes.

6. PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades de investigación conjunta que puedan producir resultados pasibles de ser protegidos por derechos de propiedad intelectual, deberán estar previstas en los **Convenios Específicos de Cooperación** y en sus respectivos **Planes de Trabajo**, que necesariamente estarán vinculados al presente **MdE**. Ambas universidades deberán acordar mecanismos de articulación que garanticen la adhesión de todos los intervenientes a las reglas establecidas en sus propias regulaciones

seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o consentimento prévio, por escrito, das instituições. A parte que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

7. DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Ambas as instituições se comprometem a uma política de igualdade de oportunidades, sendo vedada qualquer discriminação no que diz respeito a raça, cor, gênero, idade, etnia, religião, nacionalidade ou deficiência.

8. DAS NORMAS DE IMIGRAÇÃO E DO SEGURO

Os participantes das atividades acadêmicas e científicas dispostas neste **MOU** seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora e deverão responsabilizar-se por seus passaportes e, quando necessário, de seus vistos, bem como, pelas vacinas pertinentes e por contratar um seguro internacional de cobertura médica e hospitalar para permanência no exterior.

9. DA RESCISÃO

Este **MOU** poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer uma das instituições, desde que aquela que assim o desejar comunique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. As atividades em andamento, por força de acordos de cooperação e de planos de trabalho previamente aprovados e cobertos por Termos Aditivos, não serão prejudicadas, devendo, conseqüentemente, ser concluídas, salvo acordo contrário.

10. DAS CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas e controvérsias que possam surgir na execução e interpretação do presente **MOU**, as instituições envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, recorrer-se-á ao tribunal competente, mexicano ou brasileiro, dependendo da origem do conflito.

11. DA PROTEÇÃO DE DADOS

Em relação a todas as ações derivadas da execução deste acordo que impliquem o tratamento de dados

sobre Propiedad Intelectual. Ningún resultado de la cooperación científica o técnica podrá ser utilizado sin consentimiento escrito previo de las partes. La parte que no cumpla con lo pactado en esta cláusula asumirá la responsabilidad jurídica correspondiente.

7. IGUALDAD DE OPORTUNIDADES

Ambas instituciones se comprometen a una política de igualdad de oportunidades, siendo prohibida cualquier discriminación basada en la raza, color, género, edad, etnia, religión, nacionalidad o discapacidad.

8. NORMAS MIGRATORIAS Y DE SEGURO

Los participantes de las actividades académicas y científicas previstas en este **MdE** respetarán las normas migratorias del país de la institución receptora y serán responsables de la gestión de sus pasaportes y, cuando sea necesario, de sus visas, así como de las vacunas pertinentes y de la contratación de un seguro médico internacional por el período de permanencia en el exterior.

9. RESCISIÓN

Este **MdE** podrá ser denunciado o rescindido por cualquiera de las instituciones, a partir de comunicación escrita a la contraparte, con una antelación mínima de noventa (90) días. Las actividades en desarrollo, en virtud de **Convenios Específicos de Cooperación**, de **Planes de Trabajo** previamente rubricados y aquellas cubiertas en **Términos Aditivos**, no serán perjudicadas debiendo, conseqüentemente, ser concluidas, salvo acuerdo en contrario.

10. CONTROVERSIAS

Para dirimir dudas y controversias que puedan surgir de la ejecución e interpretación del presente **MdE**, las instituciones se comprometen a poner sus esfuerzos en la búsqueda de una solución consensuada. De no ser posible, se acudirá al Tribunal competente, mexicano o brasileño dependiendo del origen del conflicto.

11. PROTECCIÓN DE DATOS

En relación con todas las actuaciones derivadas de la ejecución del presente acuerdo que impliquen el

personais, as partes comprometem-se a cumprir as respectivas normas regulamentares que lhes sejam aplicáveis. O regime de proteção de dados pessoais que as partes deverão cumprir nas ações realizadas na execução deste acordo será: para a Universidade Federal de Uberlândia o previsto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, em seu artigo 33, inciso VII. A transferência internacional de dados pessoais será feita para a efetivação da política pública de "educação superior" e os dados pessoais eventualmente compartilhados serão utilizados exclusivamente para essa finalidade. Os dados pessoais a que se faz referência são de identificação de discentes, docentes e administradores das instituições, tais quais: CPF, número do passaporte (...) e para a Universidad de Colima o previsto na Lei de Transparência e Acceso à Informação Pública do Estado de Colima, México, relativas à gestão de informação confidencial, contempladas nos artigos 122 e 123; e a Lei de Proteção de Dados Pessoais detidos por Sujeitos Obrigados do Estado de Colima, México, que considera os conceitos de dados pessoais e dados pessoais sensíveis e de acordo com o descrito no artigo 4, as frações VII e VIII desta última.

12. DA PUBLICAÇÃO

A UFU providenciará a publicação resumida dos termos deste **MOU** e de seus aditamentos no Diário Oficial da União, até o 5º. (quinto) dia útil do mês seguinte a sua assinatura.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento, em versão bilíngue, de igual teor e forma, para fins de direito.

Uberlândia, ____ de _____ de 2024.

Pela Universidade Federal de Uberlândia

VALDER STEFFEN
JUNIOR:77804341
849

Prof. Dr. Valder Steffen Júnior
Reitor

Assinado digitalmente por VALDER STEFFEN JUNIOR:77804341849
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR RENOVIA, CERTIFICACAO DIGITAL, OU=Presencial, OU=22977901000170, CN=VALDER STEFFEN JUNIOR:77804341849
Ração: Eu estou aprovando este documento com minha assinatura de vinculação legal
Localização:
Data: 2024.02.22 16:36:54-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.2

tratamiento de datos personales, las partes se comprometen al cumplimiento de las respectivas regulaciones normativas que les resulten de aplicación. El régimen de protección de datos de carácter personal que han de cumplir las partes en las actuaciones que se desarrollen en ejecución del presente convenio será: para la Universidade Federal de Uberlândia lo previsto en la Ley Nº 13.709/2018 - Ley General de Protección de Datos, en su artículo 33, inciso VII. La transferencia internacional de datos personales se realizará para la aplicación de la política pública de "educación superior" y los datos personales, eventualmente compartidos, se utilizarán exclusivamente para este fin. Los datos personales a los que se hace referencia son para la identificación de los estudiantes, profesores y administradores de las instituciones, como: CPF, número de pasaporte (...) y para la Universidad de Colima lo previsto en la Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública del Estado de Colima, México en lo que se refiere al manejo de información confidencial, contemplada en los artículos 122 y 123; y a la Ley de Protección de Datos Personales en Posesión de Sujetos Obligados para el Estado de Colima, México, que considera los conceptos de datos personales y datos personales sensibles, de acuerdo a lo descrito en el artículo 4, fracciones VII y VIII de esta última.

12. PUBLICACIONES

La UFU procurará la publicación resumida de los términos de este **MdE** y de sus anexos en el Diario Oficial de la Unión, hasta el quinto día hábil del mes siguiente a su firma.

En prueba de conformidad las partes firman dos (2) ejemplares en versión bilingüe, de un mismo tenor y a un solo efecto.

Colima, México, 27 de febrero de 2024



Por la Universidad de Colima

Dr. Christian Jorge Torres Ortiz Zermeno
Rector
UNIVERSIDAD DE COLIMA
RECTORIA

